



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS-CE

## RELATÓRIO DA VIII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ



**Tema:** “Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS”

**Período:** 28,29 e 30 de setembro de 2009

**Local:** Hotel Óasis Atlântico Fortaleza  
Avenida Beira Mar, 2500 – Meireles

# CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARY ANNE LIBÓRIO DE PATRÍCIO RIBEIRO  
PRESIDENTE DO CEAS-CE

ROSELI FERREIRA DA SILVA  
VICE-PRESIDENTE DO CEAS-CE

MARIA TEREZA DE ARAÚJO SERRA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CEAS-CE

## **ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

01. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
02. Secretaria da Educação – SEDUC
03. Secretaria da Saúde – SESA
04. Secretaria da Fazenda – SEFAZ
05. Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG
06. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE

## **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

01. Lar Torres de Melo
02. Sociedade Para o Bem Estar da Família - SOBEF
03. Fundação São Judas Tadeu - FUNTAD
04. Conselho Regional de Serviço Social – CRESS - 3ª REGIÃO
05. Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará - SASEC
06. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará - FETRAECE
07. Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza - FBFF
08. Federação de Bairros e favelas Comunitárias de Caucaia - FEBECC
09. Conselho de Entidades Populares do Bairro João XXIII e Adjacências - CEPA

## **SUPLENTE**

01. Associação Cearense Pró Idoso - ACEPI
02. Serviço Social do Comércio – SESC
03. Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA
04. Conselho Regional de Psicologia – CRP 11ª REGIÃO
05. Associação dos Servidores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - ASSTDS
06. Central Única dos Trabalhadores – CUT
07. Associação dos Trabalhadores Rurais de Caucaia – ATRAC
08. Associação dos Moradores da Zona de Praia do Arpoador - AMZPA
09. Associação Comunitária Parque Jerusalém

## **Equipe de elaboração do Relatório da VIII Conferência Estadual de Assistência Social**

Irma Martins Moroni da Silveira  
Maria dos Remédios Maia Alencar  
Carla Costa Calvet  
Maria Tereza de Araújo Serra

## **Digitação e Formatação:**

Rafaelle Ribeiro da Silva

## **SUMÁRIO**

<b>1 – APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>004</b>
<b>2 - DADOS GERAIS.....</b>	<b>005</b>
<b>3 – PROGRAMAÇÃO.....</b>	<b>006</b>
<b>4 – SÍNTESE DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO REALIZADO PELOS MUNICÍPIOS.....</b>	<b>008</b>
<b>5 – SÍNTESE DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO REALIZADO PELO ESTADO.....</b>	<b>008</b>
<b>6 – AVALIAÇÃO DOS QUATRO EIXOS, CONTEMPLANDO OS OITO SUBTEMAS.....</b>	<b>010</b>
<b>7 – DELIBERAÇÕES DA VIII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ.....</b>	<b>017</b>
<b>8 – AVALIAÇÃO DA DINÂMICA DOS TRABALHOS.....</b>	<b>022</b>

## **ANEXOS:**

### **1 - Ata e Fichas de Inscrição de Delegados(as) para a VII Conferência Nacional**

### **2 - Peças Promocionais**

### **3- Ajuda Memória**

3.1.Resolução CEAS-CE N.º 004/2009

3.2.Portaria de Nomeação da Comissão

3.3.Passo a Passo das Conferencias Municipais

3.4.Regimento Aprovado na VIII Conferência Estadual de Assistência Social

3.5.Freqüência dos Participantes

3.6.Freqüência dos Participantes nos Trabalhos de Grupo

3.7.Freqüência dos Conselheiros

3.8.Freqüência dos Observadores da STDS

3.9.Freqüência dos Observadores das Entidades

3.10.Freqüência dos Facilitadores da STDS

3.11.Freqüência dos Ouvintes

3.12.Cartas Renúncia

3.13.Moções

3.14.Controle de Entrega dos Materiais

3.15.Material Gráfico

## APRESENTAÇÃO

O Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará – CEAS-CE e a Secretaria do Trabalho e Assistência Social – STDS em cumprimento à Legislação Estadual convocaram a VIII Conferência Estadual de Assistência Social, realizada no período de 28 a 30 de setembro de 2009, no espaço do Oásis Atlântico Fortaleza – CE.

Em consonância com as orientações emanadas do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Conferência trabalhou o tema “**Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS**”, entendido como fundamental à consolidação democrática e definição dos caminhos políticos necessários a materialização da PNAS/SUAS.

O tema Participação e Controle Social marca a história da Assistência Social como indicativo da superação da antiga condução clientelista e paternalista da Assistência, para uma gestão participativa, democrática e descentralizada através da qual se ampliam as possibilidades para o surgimento de espaços compartilhados entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, os subtemas estudados e debatidos, bem como as propostas de encaminhamentos para ações compartilhadas entre as instâncias governamentais retratam necessidades, demandas e anseios dos sujeitos partícipes da Conferência. É importante mencionar que o processo de discussão de ações propositivas nas conferências municipais ocorreram nos 184 municípios do Ceará, reunindo 21.985 pessoas<sup>1</sup>, distribuídas entre usuários, entidades governamentais e não governamentais e trabalhadores do SUAS, caracterizando-se como a maior participação social da história da assistência social no Ceará, desde a implantação/implementação da LOAS.

A Conferência Estadual de Assistência Social reuniu 645 participantes distribuídos entre 340 delegados e 114 observadores governamentais e da sociedade civil, representantes de 170 municípios cearenses; 26 representantes do Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará, titulares e suplentes.

A Conferência Estadual se constituiu em uma rica vivência democrática, onde as divergências emergiram sendo, posteriormente, resolvidas no debate e no processo de aprovação das propostas apresentadas pelos grupos e votadas em plenária.

Ainda são muitos os desafios à consolidação do SUAS como aqueles referentes aos recursos materiais, técnicos, humanos (NOB-RH) e financeiros (co-financiamento) para garantir a efetivação da política em cada município do Estado do Ceará. Os compromissos dessa Conferência envolvem desafios políticos, éticos e técnicos que deverão alertar gestores e conselhos nesses próximos anos..

**Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro**  
Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará

---

<sup>1</sup> Na verdade a participação é superior à mencionada neste relatório, pois cerca de 40% dos municípios não apresentaram os números dessa participação.

## 2 - DADOS GERAIS

Número de Municípios presentes à Conferência Estadual: 170

Número de Municípios ausentes: 14

Número total de participantes: 645

### Número de participantes por representação:

Usuário	Trabalhador	Entidade	OG	Ouvintes	Conselheiros do CEAS-CE	Observadores da STDS	Observadores Entidades	Facilitadores STDS	Secretária Executiva do CEAS-CE
66	18	114	256	76	26	44	10	14	21

### Relação dos municípios que realizaram Conferências Municipais de Assistência Social

1	Abaiara
2	Acarape
3	Acarauá
4	Acopiara
5	Aiuaba
6	Alcântaras
7	Altaneira
8	Alto Santo
9	Amontada
10	Antonina do Norte
11	Apuiarés
12	Aquiraz
13	Aracati
14	Aracoiaba
15	Arendá
16	Araripe
17	Aratuba
18	Arneiroz
19	Assaré
20	Aurora
21	Baixio
22	Banabuiú
23	Barbalha
24	Barreira
25	Barroquinha
26	Barroquinha
27	Baturité
28	Banabuiú
29	Bela Cruz
30	Boa Viagem
31	Brejo Santo
32	Camocim
33	Campos Sales
34	Canindé
35	Capistrano
36	Caridade
37	Cariré
38	Caririaçu
39	Cariús
40	Carnaubal
41	Cascavel
42	Catarina
43	Catunda
44	Caucaia
45	Cedro
46	Chaval
47	Choró
48	Chorozinho
49	Coreaú
50	Crateús

51	Crato
52	Croatá
53	Cruz
54	Dep Irapuan Pinheiro
55	Ererê
56	Eusébio
57	Farias Brito
58	Forquilha
59	Fortaleza
60	Fortim
61	Frecheirinha
62	General Sampaio
63	Graça
64	Granja
65	Granjeiro
66	Groaíras
67	Guaiúba
68	Guaraciaba do Norte
69	Guaramiranga
70	Hidrolândia
71	Horizonte
72	Ibaretama
73	Ibiapina
74	Ibicuitinga
75	Icapuí
76	Icó
77	Iguatu
78	Independência
79	Ipaoranga
80	Ipaumirim
81	Ipu
82	Ipueriras
83	Iracema
84	Irauçuba
85	Itaiçaba
86	Itaitinga
87	Itapajé
88	Itapipoca
89	Itapiúna
90	Itarema
91	Itatira
92	Jaguaretama
93	Jaquaribara
94	Jaquaribe
95	Jaquaruana
96	Jardim
97	Jati
98	Jijoca de Jericoacoara
99	Juazeiro do Norte
100	Jucás

101	Lavras da Mangabeira
102	Limoeiro do Norte
103	Madalena
104	Maracanaú
105	Maranguape
106	Marco
107	Martinópolis
108	Massapê
109	Mauriti
110	Meruoca
111	Milagres
112	Milhã
113	Miraima
114	Missão Velha
115	Mombaça
116	Monsenhor Tabosa
117	Morada Nova
118	Moraújo
119	Morrinhos
120	Mucambo
121	Mulungu
122	Nova Olinda
123	Novo Oriente
124	Nova Russas
125	Ocara
126	Orós
127	Pacajus
128	Pacatuba
129	Pacoti
130	Pacujá
131	Palhano
132	Palmácia
133	Paracuru
134	Paraipaba
135	Parambu
136	Paramoti
137	Pedra Branca
138	Penaforte
139	Pentecoste
140	Pereiro
141	Pindoretama
142	Piquet Carneiro
143	Pires Ferreira
144	Poranga
145	Porteiras
146	Potengi
147	Potiretama
148	Quiterianópolis
149	Quixadá
150	Quixelô

151	Quixeramobim
152	Quixeré
153	Redenção
154	Reriutaba
155	Russas
156	Saboeiro
157	Salitre
158	Santa Quitéria
159	Santana do Acaraú
160	Santana do Cariri
161	São Benedito
162	São Gonçalo do Amarante
163	São João do Jaguaribe
164	São Luís do Curu
165	Senador Pompeu
166	Senador Sá
167	Sobral
168	Solonópolis
169	Tabuleiro do Norte
170	Tamboril
171	Tarrafas
172	Tauá
173	Tejuçuoca
174	Tianguá
175	Trairi
176	Tururu
177	Ubajara
178	Umari
179	Umirim
180	Uruburetama
181	Uruoca
182	Varijota
183	Várzea Alegre
184	Viçosa do Ceará

### 3 – PROGRAMAÇÃO

**Dia 28 de setembro de 2009**

**10h00 – Início do Credenciamento**

**15h00 – Cerimonial de Abertura**

Mesa de Autoridades:

- **Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade**  
Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
- **Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro**  
Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS-Ceará
- **Iêda Maria Nobre de Castro**  
Presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social- COEGEMAS
- **Maria dos Remédios Maia Alencar**  
Coordenadora do Fórum Estadual de Assistência Social – FOEAS
- **Francisco das Chagas Monteiro**  
Representante do Governador do Estado do Ceará - Secretário de Segurança Pública e Defesa Social
- **Raimundo Gomes de Matos**  
Presidente da Frente Parlamentar
- **Valéria Gonnelli**  
Representante do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
- **Edna Aparecido Alegro**  
Representante do Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS
- **Maria Elaene Rodrigues Alves**  
Representante da Prefeitura Municipal de Fortaleza
- **Rachel Ximenes Marques**  
Representante da Assembléia Legislativa do Ceará
- **Tânia Gurgel Nobre**  
Ex-secretária da STDS

Execução do Hino Nacional e do Ceará pelo Coral da STDS

Pronunciamento das Autoridades

Apresentação Artística do Grupo de Teatro Damião Oliveira, do município de Viçosa do Ceará

**18h00 - Conferência Magna: Participação e Controle Social no SUAS**

**Palestrante** - Doutora Raquel Raichelis

**Coordenadoras da Mesa:** Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro (CEAS-CE) e Roseli Ferreira da Silva (CEAS-CE)

**20h00 - Leitura e Aprovação do Regimento da VIII Conferência Estadual de Assistência Social**

**Expositoras** – Marília Alencar Andrade, Tereza de Araújo Serra (Secretária Executiva do CEAS-CE) e Régia Maria Prado Pinto (CEAS-CE)

**21H00 - Coquetel**

## **Dia 29 de setembro de 2009**

- 08h00 - Avaliação do Plano Decenal e dos Direitos Socioassistenciais na ótica do Governo do Ceará**  
**Expositora:** Célia Maria de Souza Melo Lima (STDS)  
**Coordenadores da Mesa:** Margarida Maria de Souza Pinheiro (CEAS-CE) e Cristiane Martins (CEAS-CE)
- 09h00 - Avaliação das Ações do CEAS-CE, Gestão 2008/2010**  
**Expositora:** Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro (CEAS-CE)  
**Coordenadoras da Mesa:** Marlúcia Ramos de Fátima de Souza Gomes (CEAS-CE) e Betânia Maria Gomes Raquel (CEAS-CE)
- 09h40 - Apresentação do Tribunal de Contas da União sobre o Controle da Assistência Social**  
**Expositor:** Antônio Araújo – Assessor do TCU – Sessão Ceará  
**Coordenadores da Mesa:** João Eudes e José Nazário
- 10h00 - Apresentação dos Resultados das Conferências Municipais de Assistência Social no Ceará, 2009**  
**Expositora:** Doutora Irma Moroni  
**Coordenadoras da Mesa:** Célia Maria de Souza Melo Lima (STDS), Renata Moreira da Silva (CEAS-CE) e Maria dos Remédios Maia Alencar (Coordenadora do FOEAS)
- 11h00 - Orientações para os Trabalhos de Grupo**  
**Expositora:** Tereza de Araújo Serra (Secretária Executiva do CEAS-CE)
- 12h00 - Almoço**
- 13h00 - Início dos Trabalhos de Grupo**
- 18h00 - Coquetel de Encerramento da atividade do dia; Apresentação da Banda Disparo Musical, da Unidade de Atendimento Viva Gente (STDS)**

## **Dia 30 de Setembro de 2009**

- 08h00 - Continuação dos Trabalhos de Grupo**
- 13h00 - Encerramento dos Trabalhos de Grupo**
- 13h00 - Almoço**
- 14h00 - Plenária Final da VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Ceará**
- **Mesa de Deliberação das Propostas:**  
Mary Anne Libório de Patrício Ribeiro (CEAS-CE), Katiana Moura Rocha (CEAS-CE) e Tereza de Araújo Serra (Secretária Executiva do CEAS-CE)
  - **Relatoria das Propostas dos Grupos de Trabalho:**  
Relatores(as): Irma Moroni (consultora da VIII Conferência), Carla Costa Calvet (Secretaria Executiva do CEAS-CE), Katyucscia (relatora da Macroregião 01), (relatora da Macroregião 02), (relatora da Macroregião 03), (relatora da Macroregião 014), (relatora da Macroregião 05), (relatora da Macroregião 06), (relatora da Macroregião 07) e (relatora da Macroregião 08)
  - **Deliberação das Propostas:**
- 19h00 - Formação da Mesa de Eleição dos Delegados para as VII Conferência Nacional de Assistência Social**  
Eleição e aclamação
- 21h00 - Cerimonial de Encerramento da VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Ceará**  
Composição da Mesa de Encerramento  
Leitura, Aprovação e Assinatura da Ata da VIII Conferência Estadual de Assistência Social do Ceará  
Apresentação do Grupo de Karatê da Unidade de Atendimento Viva Gente (STDS)  
Entrega de Certificados
- 22h00 - Coquetel de Encerramento da VIII Conferência Estadual de Assistência Social.**

#### 4 - SÍNTESE DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO REALIZADO PELOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Estratégias/ modalidades de mobilização realizadas pelos municípios	NÚMERO DE PARTICIPANTES				Nº de municípios que mencionaram a realização da mobilização	Entraves/ dificuldades encontradas pelo usuário para participação em conselhos e conferências	AVANÇOS
	Usuário	Trabalhador	Entidades	Representantes Governamentais			
Debate Próprio	18.672	737	1.443	1.133	117	Desconhecimento e desinteresse dos usuários em participar da elaboração e controle social da PMAS	Motivação e Participação

#### 5 - SÍNTESE DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO REALIZADO PELO ESTADO

Estratégias/ modalidades de mobilização realizada pelo Estado	Número de Participantes				Data e Local de Realização	Entraves/ dificuldades encontradas pelo usuário para participação em conselhos e conferências	AVANÇOS
	Usuário	Trabalhador	Entidades	Representantes Governamentais			
I Reunião Ampliada 2009	-	-	-	552	12/03/2009 CEU – Condomínio Espiritual Uirapuru	Não se aplica	Melhoria no nível de qualidade da realização das conferências municipais
II Reunião Ampliada 2009	-	-	56	275	27 e 28/04/2009, CEU – Condomínio Espiritual Uirapuru	Não se aplica	
Encontro de Capacitação para as Conferências Municipais de Assistência Social	-	-	17	213	16/06/09, CEU – Condomínio Espiritual Uirapuru.	Não se aplica	
Plantão/Orientação Técnica para as Conferências de Assistência Social	-	-	-	-	Mai a setembro/2009, Sede do CEAS	Não se aplica	

Estratégias/ modalidades de mobilização realizada pelo Estado	Número de Participantes				Data e Local de Realização	Entraves/ dificuldades encontradas pelo usuário para participação em conselhos e conferências	AVANÇOS
	Usuário	Trabalhador	Entidades	Representantes Governamentais			
Elaboração e Distribuição do "Passo a Passo das Conferências Municipais de Assistência Social"	-	-	-	-	Maio a julho/2009, CD, e-mail, impresso para 100% dos municípios	Não se aplica	Melhoria no nível de qualidade da realização das conferências municipais
Apoio técnico presencial nas conferências municipais	-	-	-	-	109 municípios, sendo 72 (STDS) e 37 (CEAS), maio a julho/2009	Não se aplica	Melhoria no nível de qualidade da realização das conferências municipais
Monitoramento da realização das Conferências Municipais	-	-	-	-	junho a agosto/2009	Não se aplica	Melhoria no nível de qualidade da realização das conferências municipais
Recebimento da documentação comprobatória da realização das Conferências Municipais (Relatórios e Anexos Obrigatórios: programação da Conferência Municipal, Atas de Eleição dos Delegados Municipais por Categoria, Fichas de Inscrição para a VIII Conferência Estadual, Instrumentais preenchidos, Folha de Frequência e Moções)	-	-	-	-	junho a agosto/2009	Não se aplica	Melhoria no nível de qualidade da realização das conferências municipais

## 6 – AVALIAÇÃO DOS QUATROS EIXOS, CONTEMPLANDO OS OITO SUBTEMAS

A avaliação dos quatros EIXOS deu-se a partir dos relatórios municipais, dos trabalhos de grupos e das deliberações da VIII Conferência Estadual. Os resultados foram definidos como uma projeção dos pontos fortes sobre os pontos fracos. Construiu-se um cenário onde a prospecção de futuro está baseada na superação dos pontos fracos.

### Eixo: 01

#### Subtema: 01- Processo Histórico da Participação Popular no País: Nossa Cidade e Território em Movimento

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Resultados Esperados		
		Município	Estado	União
Entrada dos usuários como sujeitos históricos da construção da Política de Assistência Social	Dificuldade das lideranças e gestores em lidar com esse novo sujeito e da tendência do deslocamento da liderança do processo de participação das entidades comunitárias para as de usuários	Possibilidade aumentar a eficácia da participação dos usuários	possibilidade aumentar a eficácia da participação dos usuários	possibilidade aumentar a eficácia da participação dos usuários
Oferta de capacitação dos conselheiros para qualificação da participação social nos CMASs	Insuficiência de programas de educação permanente para a participação popular, voltados para os usuários capazes de vencer o desinteresse e o desconhecimento sobre o assunto	Política melhor compreendida pelos usuários	Política melhor compreendida pelos usuários	Política melhor compreendida pelos usuários
Profissionais qualificados para lidar com o aprofundamento da Política na perspectiva da democracia representativa/direta	Descontinuidade do programa de capacitação dos gestores e operadores da política	Aumento da efetividade da Assistência Social	Aumento da efetividade da Assistência Social	Aumento da efetividade da Assistência Social
Aumento do número de gestores, sinalizando de forma positiva para a participação popular de qualidade na gestão da Assistência Social	Dificuldade de convívio democrático entre forças políticas rivais (principalmente partidárias) que interferem na Assistência.	Garantia da permanência da Assistência Social para além dos governantes	Garantia da permanência da Assistência Social para além dos governantes	Garantia da permanência da Assistência Social para além dos governantes
O reconhecimento por parte dos usuários do entrave que esta questão traz a efetivação da política	A População se nega a reconhecer os seus direitos e parte deste ainda está vinculada ao assistencialismo.	Níveis de confiança na governança da Assistência Social elevados	Níveis de confiança na governança da Assistência Social elevados	Níveis de confiança na governança da Assistência Social elevados

## Subtema: 02 - Trajetória e significado do Controle Social na Política de Assistência Social

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Município	Estado	União
Funcionamento dos CMAS's e dos Fóruns de Entidades	Continua sendo difícil mobilizar a totalidade das entidades e usuários.	Gestão da assistência social, aprimorada em bases democráticas	Gestão da assistência social, aprimorada em bases democráticas	Gestão da assistência social, aprimorada em bases democráticas
Transversalidade da Política de Assistência Social com outros setores/ políticas.	Insuficiência de recursos humanos para dar conta da intersectorialidade/transversalidade.	Atenção em assistência social potencializada	Atenção em assistência social potencializada	Atenção em assistência social potencializada
Avanço no número de gestores que reconhecem os conselhos como espaços constitucionais e legítimos no controle social	Resistência do Estado em reconhecer os conselhos como espaços constitucionais e legítimos no controle social.	Possibilidade de implementação de políticas de longo prazo	Possibilidade de implementação de políticas de longo prazo	Possibilidade de implementação de políticas de longo prazo
Avanço na definição da estrutura de assistência social (organismos públicos, entidades, instâncias, etc.)	Baixo envolvimento da população usuária nas conferências e nas instâncias de representação.	Consolidação através de regulação da política	Consolidação através de regulação da política	Consolidação através de regulação da política

## Subtema 04 - CMAS e o SUAS: Composição, dinâmica, caráter da representação e o processo de escolha

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Município	Estado	União
Compromisso e interesse dos conselheiros em melhorar seus conhecimentos e sua atuação	Pouca disponibilidade de tempo dos Conselheiros para se dedicar a Política.	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada
Cumprimento das deliberações emanadas dos conselhos	Dificuldade em construir o consenso político	Capacidade governativa garantida	Capacidade governativa garantida	Capacidade governativa garantida
A continuação das conferências para ampliação das discussões e aprimoramento da política	Participação de um conselheiro em vários conselhos	Capacidade governativa garantida	Capacidade governativa garantida	Capacidade governativa garantida
Consciência da necessidade de mudança na cultura política local	Dificuldade de deslocamento	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada

<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>	<b>Município</b>	<b>Estado</b>	<b>União</b>
Exercício correto do controle social	Poucos conhecimentos para desenvolver as suas funções	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada
Existência de entidades governamentais e não governamentais destinadas a capacitação dos conselheiros setoriais de políticas públicas	Acomodação das entidades/associados usuários	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada
Implantação de políticas adequadas as necessidades específicas do município	Descontinuidade das ações de capacitação para qualificação da participação popular	Aumento das possibilidades de superação das vulnerabilidades sociais	Aumento das possibilidades de superação das vulnerabilidades sociais	Aumento das possibilidades de superação das vulnerabilidades sociais
Acompanhamento das ações sócioassistenciais, fiscalização, controle, avaliação	Inadequação da regulação de criação e funcionamento dos conselhos para a ampliação da democracia direta (usuários)	Nível de eficácia e eficiência elevados	Nível de eficácia e eficiência elevados	Nível de eficácia e eficiência elevados

## Eixo: 02

### Subtema: 03 - O Protagonismo do usuário e o seu lugar político no SUAS: uma construção inadiável

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Município	Estado	União
Capacitação dos usuários para participação popular no controle social do SUAS	Desinteresse e apatia do usuário pela participação social nos conselhos	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada	Participação popular qualificada
Criação de novos instrumentos de intervenção no espaço público	Não acesso aos espaços de participação social	Capacidade governativa aprimorada	Capacidade governativa aprimorada	Capacidade governativa aprimorada
Sensibilização dos gestores para a mudança nas formas de desenvolver a Política		tecido político, fortalecido	tecido político, fortalecido	tecido político, fortalecido
Ampliação da compreensão dos usuários quanto a sua condição de vulnerabilidade social bem como das suas potencialidades	Acomodação na condição de usuário	Possibilidade de emancipação ampliada	Possibilidade de emancipação ampliada	Possibilidade de emancipação ampliada
Conquista da condição de usuário de política pública	Dificuldade de compreensão da transitoriedade da condição de vulnerabilidade social e da necessidade da emancipação	Princípios da administração pública fortalecidos	Princípios da administração pública fortalecidos	Princípios da administração pública fortalecidos
Concepção política da assistência social com transversalidade	Dificuldade na percepção da diferença entre os serviços socioassistenciais vinculados à vulnerabilidade social e àqueles de promoção do direito e formação cidadã	Recursos potencializados	Recursos potencializados	Recursos potencializados
Percepção da existência política do usuário	Risco de descambar na direção da ditadura dos indivíduos massas	Participação popular mais efetiva	Participação popular mais efetiva	Participação popular mais efetiva

### Subtema: 08 O trabalhador do SUAS e o protagonismo dos Usuários: Bases para uma atuação Democrática e Participativa

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Município	Estado	União
Existência da NOB/RH	Resistência dos gestores na implantação da NOB/RH em todas as esferas	Regulação plenamente cumprida	Regulação plenamente cumprida	Regulação plenamente cumprida

<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>	<b>Município</b>	<b>Estado</b>	<b>União</b>
Nível de conhecimento dos trabalhadores quanto a sua condição na NOB/RH	Desmobilização dos trabalhadores para a implantação da NOB/RH	Operação da política profissionalizada	Operação da política profissionalizada	Operação da política profissionalizada
Aumento da capacidade técnica instalada nos municípios	Número insuficiente de equipes técnicas co-financiadas nos municípios, sobrecarga de trabalho das equipes existentes	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado
Estreitamento dos laços entre trabalhadores, gestores e usuários	Incomoda a subalternidade dos trabalhadores frente aos gestores e usuários pela ausência de segurança que a NOB/RH, poderia proporcionar	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado
Técnicos capacitados para o exercício de suas funções	Descontinuidade do programa de capacitação dos técnicos	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado

## Eixo: 03

### Subtema: 06 - Democratização da gestão do SUAS: participação e articulação intergovernamental

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Município	Estado	União
Descentralização político-administrativo da assistência social	Dificuldades orçamentárias dos municípios em aportarem sua contra-partida no co-financiamento da política	Horizonte da universalização da política, aproximado	Horizonte da universalização da política, aproximado	Horizonte da universalização da política, aproximado
Fortalecimento do tecido democrático com a participação de todos os sujeitos históricos da assistência social	Dificuldade de convivência entre forças políticas rivais	Capacidade governativa, fortalecida	Capacidade governativa, fortalecida	Capacidade governativa, fortalecida
Perspectiva de fortalecimento da cidadania	Descontinuidade dos programas de formação cidadã	Capacidade governativa, fortalecida	Capacidade governativa, fortalecida	Capacidade governativa, fortalecida
Aumento da efetividade social, eficácia e eficiência da política de assistência social	Dificuldade de estabelecer metas da política de Assistência a longo prazo	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado

### Subtema: 07 - Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS: Controle Social, Participação Popular e Gestão Interna

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Município	Estado	União
Avanço nas definições e conceitos referentes as entidades de assistência social	Distância entre as definições e o atual estágio de funcionamento das entidades de assistência social	Rede estruturada em bases mais sólidas	Rede estruturada em bases mais sólida	Rede estruturada em bases mais sólida
Avanço na regulação e tipificação dos serviços socioassistencias	Resistência das entidades à regulação dos serviços	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado	Nível de qualidade da política, elevado
Co-financiamento dos serviços socioassistencias prestados pela rede	Dificuldade das entidades em cumprir as exigências legais e funcionais	Continuidade dos serviços garantida	Continuidade dos serviços garantida	Continuidade dos serviços garantida

## Eixo: 04

### Subtema: 05 - Bases para a garantia do financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Município	Estado	União
Avanço na transformação da assistência social em política de estado	Instabilidade do volume de recursos destinados a assistência social, uma vez que não há vinculação de recurso garantidos constitucionalmente.	Horizonte da universalização, aproximado	Horizonte da universalização e aproximado	Horizonte da universalização e aproximado
Potencialização dos recursos da assistência através da transversalidade dos programas, projetos e serviços-busca da articulação	Dificuldades de articular medidas conjuntas que possibilitem somar recursos (humanos, materiais e financeiros) de forma a ampliar o direito.	Horizonte da universalização, aproximado	Horizonte da universalização e aproximado	Horizonte da universalização e aproximado

## 7 - DELIBERAÇÕES DA VIII CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CEARÁ

As Competências das legendas correspondem: **A)** Do Estado, Município e União – partilhadas; **B)** Da União e do Estado; **C)** Do Estado e do Município; **D)** Somente do Estado do Ceará; **E)** Somente União.

### EIXO 01

#### PROPOSTAS – SUBTEMA 01

<b>SUBTEMA 01 – Processo Histórico da Participação Popular no País: Nossa Cidade e Territórios em Movimento</b>			
<b>Considerando a necessidade de fortalecer a participação social como forma de garantir a prestação com qualidade dos serviços socioassistenciais nos territórios brasileiros; considerando a necessidade de expansão da cobertura dos programas, projetos e serviços sociais nas áreas de risco e de vulnerabilidade social visando o combate as desigualdades e as injustiças sociais; propomos o envolvimento das três instâncias governamentais visando:</b>		<b>DELIBERAÇÃO: COMPETÊNCIAS</b>	
		<b>GRUPOS</b>	<b>PLENÁRIA</b>
1	A ampliação da cobertura dos programas sociais para as famílias e comunidades (urbanas e rurais) que ainda não são assistidas pelo SUAS;	A	109
2	O desenvolvimento de programas de comunicação e de educação permanente de identificação dos processos históricos locais e qualificação da participação dos conselheiros, trabalhadores, usuários e entidades da Assistência Social;	A	81
3	A realização de campanhas educativas de incentivo a participação social no controle da política de assistência social em todos os níveis de governo.	A	77

#### PROPOSTAS – SUBTEMA 02

<b>Subtema 02 – Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social</b>			
<b>Considerando a dimensão sócio-política do Controle Social, e, tendo em vista a necessidade de garantir o exercício do Controle Social da Política de Assistência Social em sua trajetória para transformar-se em Política de Estado; considerando a necessidade de informar, publicizar, monitorar, fiscalizar e avaliar de forma sistemática os programas, projetos, benefícios e serviços, inclusive os investimentos públicos; e objetivando, sobretudo, a formação de cidadãos com capacidade crítica para dialogar de forma democrática e decidir sobre questões que visem a implementação do SUAS, propomos que as três instâncias em conjunto realizem:</b>		<b>DELIBERAÇÃO: COMPETÊNCIAS</b>	
		<b>GRUPOS</b>	<b>PLENÁRIA</b>
1	A capacitação continuada e permanente para qualificação da atuação dos conselheiros, gestores, trabalhadores, usuários e dos demais atores da área para o fortalecimento da Política de Assistência Social;	A	109
2	A capacitação dos operadores do CADUNICO, gestores e conselheiros municipais de assistência social a fim de que o cadastro seja um instrumento de controle, participação social e planejamento das ações socioassistenciais;	A	96
3	A Intensificação das ações de fortalecimento do controle social por meio de Seminários, Cursos presenciais e à distância, Audiências	A	79

Públicas e outras instâncias de participação popular na Política de Assistência Social.		
-----------------------------------------------------------------------------------------	--	--

**PROPOSTAS – SUBTEMA 04**

<b>Subtema 04 – Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS: composição, dinâmica, caráter da representação e processo de Escolha.</b>			
		<b>DELIBERAÇÃO: COMPETÊNCIAS</b>	
		<b>GRUPOS</b>	<b>PLENÁRIA</b>
<p><b>Os Conselhos são espaços legítimos de exercício do Controle Social, entretanto, identificam-se, ainda, uma frágil organização, indefinição das vagas de conselheiros para profissionais, usuários e trabalhadores, bem como presidências impostas pelo poder municipal; Nesse sentido, faz-se necessário uma melhor definição acerca da composição, bem como das representações da sociedade, elaboração de bases teóricas e práticas acerca da dinâmica de funcionamento dos conselhos. Entende-se que esses Conselhos devem envolver vários e diversos segmentos da sociedade civil, inclusive dos usuários, garantindo uma representação política compromissada com os destinos do SUAS. Por isso, propomos que as três instâncias estabeleçam metas que visem garantir:</b></p>			
1	A divulgação dos Conselhos de Assistência Social e suas atribuições para os diversos segmentos sociais focalizando a importância dos Conselhos na Política Nacional de Assistência Social, inclusive com a implantação do disque conselho, ouvidoria, informações via internet, além de implementar um sistema informatizado de controle social, com base na PNAS e SUAS junto as comunidades incentivando e possibilitando o protagonismo do usuário;	A	104
2	Formas de sensibilizar os gestores dos municípios no sentido de revisar a Lei de criação e regulamentação dos conselhos observando: mandatos alternados da presidência entre OG's e ONG's; implantação da Casa dos Conselhos e disponibilização de recursos que garantam a dinâmica operacional e autonomia dos conselhos;	A	76
3	Na representação da sociedade civil, assento de trabalhadores, usuários, entidades e organizações socioassistenciais.	A	64

## EIXO 02

### PROPOSTAS - SUBTEMA 03

<b>Subtema 03 – Protagonismo do Usuário, o seu lugar político no SUAS</b>		<b>DELIBERAÇÃO: COMPETÊNCIAS</b>	
<b>Os baixos índices de participação social dos usuários da assistência social manifestos na apatia, descrença, fragilidade, e baixa capacidade de conhecer e lutar por seus direitos; as dificuldades de acesso dos usuários advindos do desconhecimento dos direitos socioassistenciais, bem como, do papel ativo que podem desempenhar na luta pela ampliação da assistência; considerando a necessidade de fortalecer a representação política nos conselhos através de ações efetivas e na condição de sujeitos de direitos, propomos que as três instâncias de governo se esforcem em trabalhos conjuntos para:</b>		<b>GRUPOS</b>	<b>PLENÁRIA</b>
1	Dar continuidade as capacitações estaduais tendo como base a intersectorialidade, garantindo a participação das secretarias municipais e conselhos de assistência social, saúde, educação, dentre outros;	A	74
2	Garantir a descentralização das ações para zona rural, através de um percentual em programas, projetos e serviços, co-financiados pelo Estado e União;	A	73
3	Desenvolver ações de mobilização social junto a população para sensibilização e difusão dos direitos e serviços socioassistenciais estabelecidos pelo SUAS.	A	48

### PROPOSTAS – SUBTEMA 08

<b>Subtema 08 – O Trabalhador do SUAS e o Protagonismo dos Usuários: bases para uma atuação democrática e participativa</b>		<b>DELIBERAÇÃO: COMPETÊNCIAS</b>	
<b>A gestão do SUAS ainda carece de trabalhadores qualificados, com formação específica e preparados técnica-política e eticamente. Entende-se que as questões teórico-metodológicas que envolvem as práticas profissionais dos diversos trabalhadores nesta política devem ser embasadas na responsabilidade e na qualificação com vistas a materialização da PNAS;SUAS. Os trabalhadores de modo geral, são atingidos por situações de precarização do trabalho, terceirização, vínculos temporários que contribuem para a alta rotatividade repercutindo na continuidade e qualidade dos serviços prestados. Diante disso, faz-se necessário que os trabalhadores adquiram condições dignas para o exercício profissional, sejam impulsionados à realização de um trabalho que eleve a dignidade dos usuários, estabeleçam relações democráticas e contribuam para a emancipação dos mesmos. Por isso, propomos que as três instâncias de governo executem ações conjuntas visando:</b>		<b>GRUPOS</b>	<b>PLENÁRIA</b>
1	A garantia da qualificação do trabalhador do SUAS para o atendimento aos usuários, inclusive aqueles portadores de deficiência e necessidades especiais;	A	148
2	A implantação imediata da NOB;RH, garantindo concurso público, implantação do plano de cargos e salários para todos os trabalhadores do SUAS; garantia de isonomia salarial, utilizando, inclusive o co-financiamento da União, salários dignos, valorização e qualificação profissional;	A	136

## EIXO 03

### PROPOSTAS – SUBTEMA 06

<b>Subtema 06 – Democratização da Gestão do SUAS: participação e articulação intergovernamental</b>		<b>DELIBERAÇÃO: COMPETÊNCIAS</b>	
<b>Compreende-se que a gestão do SUAS envolve os princípios da descentralização político-administrativa e a participação das organizações representativas da sociedade civil através dos conselhos paritários; para consolidar o SUAS faz-se necessário que essas organizações se coloquem como co-gestoras da assistência e, nesse sentido, devem comungar dos mesmos princípios e diretrizes da PNAS, estabelecendo, assim, o vínculo SUAS. Diante disso, propomos que as três instâncias de governo ajam em conjunto para:</b>		<b>GRUPOS</b>	<b>PLENÁRIA</b>
1	Criar meios de comunicação popular e eletrônica para que os gestores apresentem trimestralmente as receitas e despesas da assistência social em linguagem de fácil compreensão aos conselheiros e população em geral;	A	84
2	Promover capacitações dos contadores para que possam contribuir com a gerência dos fundos de assistência social, facilitando a compreensão dos gestores, técnicos e conselheiros;	A	45
3	Criação de um aplicativo tendo como referência a base de dados do CADUNICO que possibilite aos municípios a consolidação dos indicadores sociais.	E	43

### PROPOSTAS – SUBTEMA 07

<b>Subtema 07 – Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS: controle social, participação popular e gestão interna</b>		<b>DELIBERAÇÃO: COMPETÊNCIAS</b>	
<b>Entendendo que a assistência não pode prescindir dos serviços prestados pelas entidades de Assistência Social, e, que é preciso garantir a adesão dessas aos princípios da PNAS-SUAS de forma a expandir ações, garantir a eficácia dos serviços socioassistenciais estabelecidos nos planos de Assistência Social, propomos especial atenção para a construção da rede de prestação de serviços – Rede SUAS – através de financiamento e medidas conjuntas para:</b>		<b>GRUPOS</b>	<b>PLENÁRIA</b>
1	Intensificar o monitoramento, a avaliação e a fiscalização da qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial, bem como o controle sobre a aplicação dos recursos públicos;	A	83
2	Seleção para financiamento de entidades não-governamentais através de editais públicos;	C	69
3	Expansão e fortalecimento das entidades que prestam serviços socioassistenciais para atuar junto às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, firmando convênios com o poder público para melhorar os serviços prestados.	A	60

## EIXO 04

### PROPOSTAS – SUBTEMA 05

<b>Subtema 05 – Bases para Garantia do Financiamento da Assistência Social: a justiça tributária que queremos</b>		<b>DELIBERAÇÃO: COMPETÊNCIAS</b>	
<b>A assistência ainda não se consolidou como política de Estado; carece de recursos garantidos percentualmente nos orçamentos em todos os níveis de governo; por isso, fica a mercê da boa vontade dos governantes, suscetível às medidas constrangedoras que podem, repentinamente destruir todos os esforços de (re)construção dessa política, colocando em risco o SUAS e seus usuários. Nesse sentido, faz-se necessário envidar esforços conjuntos para aprovação do projeto de lei que regulamente o SUAS em todo território nacional, estabelecendo percentuais a serem garantidos nos orçamentos públicos em todos os níveis de governo como ocorre com a saúde e a educação. Diante do exposto propomos para as três instâncias de governo:</b>		<b>GRUPOS</b>	<b>PLENÁRIA</b>
1	Definir e garantir em Lei um percentual de no mínimo 10% de recursos destinados à Política de Assistência Social (União, Estado e Município) em caráter de urgência;	A	137
2	Quanto o co-financiamento de Benefícios Eventuais e do PAIF para 100% dos municípios;	D	92
3	Garantir a vinculação dos recursos, para as três esferas de governo com repasse exclusivo via fundos: nacional, estaduais e municipais.	E	70

## 8 - AVALIAÇÃO DA DINÂMICA DOS TRABALHOS

Pontos Fortes	Pontos Fracos
64% dos municípios cearenses realizaram eventos de mobilização para as Conferências Municipais de Assistência Social – 2009	31,52% dos municípios não informaram em seus relatórios se realizaram ou não eventos de mobilização
97,40 % dos Municípios que realizaram mobilizações, adotaram a estratégias de debates de temas específicos.	Execução da estratégia: por exemplo tempo exíguo (em média apenas 4:00); recursos destinados para a execução da estratégia insuficientes; convites interinstitucionais inóquos; nível de legibilidade dos textos preparatórios para as conferências inadequado para os usuários
100% dos Municípios que realizaram mobilizações, discutiram tema da Conferência de Assistência Social 2009, avaliaram a Política Municipal de Assistência Social e escolheram nos territórios, local de realização das Pré-conferências, delegados para as Conferências Municipais.	Os projetos das conferências municipais não previram recursos para o deslocamento dos usuários da zona rural para o local de realização das conferências municipais
84,11% dos participantes das Pré-conferências e Conferências eram usuários da Política de Assistência Social.	Representatividade dos número de usuários sobre o total do estado, apenas 2,22%
100% dos Municípios do Estado realizaram as Conferências Municipais.	O tempo exíguo de realização das conferências municipais: apenas 01 dia; nível de legibilidade dos textos e apresentações inadequados para os usuários;
100% dos municípios enviaram seus relatórios da conferência municipal	Atraso no envio dos relatórios municipais para sistematização das discussões e deliberações da conferência estadual; incidência de a qualidade dos relatórios comprometida pelo nível de omissão das informações (40,51% de omissão de informações)
100% das conferências foram propositivas, chegaram para a conferência estadual 416 propostas	
75,54% dos municípios participaram das reuniões ampliadas	
72,28% dos municípios participaram do encontro de capacitação para as conferências municipais de assistência social	Dificuldade dos participantes em relação aos temas e termos técnicos contidos no livro texto.
100% dos municípios receberam o “Passo a Passo das Conferência Municipais” impresso, por e-mail e em CD	
Os municípios receberam apoio técnico para realização das conferências municipais	Ausência dos Gestores Municipais, por ocasião da realização das Conferências Municipais
92,39% dos municípios participaram da conferência estadual	

Pontos Fortes	Pontos Fracos
645 pessoas se credenciaram na conferência estadual	

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Equidade de representações entre as delegações não governamentais (44,71%) e governamentais e (55,29%)	Desequilíbrio de representatividade entre as categorias não governamentais e governamentais. Os projetos das conferências municipais não previram recursos para deslocamento e hospedagem da representação não governamental: usuário (14,54%) e entidade (25,11%) enquanto que OG (56,39%) e trabalhadores (3,96%)
86% dos delegados e observadores da conferência estadual avaliaram como forte (ótimo + bom) a abordagem dos <b>conteúdos e temas</b>	O item: <i>conteúdos apresentados de forma estimulante e esclarecedoras</i> recebeu a menor pontuação
86,29% dos delegados e observadores da conferência estadual avaliaram como forte (ótimo + bom) a qualidade da <b>participação</b>	O item: <i>conhecimentos anteriores para acompanhar as apresentações</i> recebeu a menor pontuação
71,63% dos credenciados participaram efetivamente dos trabalhos em grupo	
73,53% dos delegados participaram da plenária final	
82,45% dos delegados e observadores da conferência estadual avaliaram como forte (ótimo + bom) <b>organização e infra-estrutura</b>	O item: <i>cumprimento dos horários e da programação</i> recebeu a menor pontuação